

## CAS Tecnologia S.A.

CNPJ/MF nº 00.958.378/0001-00

Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em Reais)

Balancos Patrimoniais			Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido					Demonstrações do Resultado					
Ativo	Nota	2022	2021	Capital Social integralizado	Ações em tesouraria	Reserva de capital	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Lucros/ (prejuízos) acumulados	Total	Nota	2022	2021
<b>Ativo circulante</b>		<b>56.991.287</b>	<b>47.733.833</b>										
Caixa e equivalentes de caixa	5	21.595.170	17.048.925										
Contas a receber	6	13.458.432	16.146.285										
Estoques	7	20.370.430	13.409.959										
Tributos a recuperar	8	1.442.233	987.978										
Adiantamentos	9	125.021	140.686										
<b>Ativo não circulante</b>		<b>3.835.164</b>	<b>6.564.600</b>										
Outras contas a receber		40.548	40.548										
Aplicações financeiras	5	2.432.999	4.650.000										
Imobilizado	10	1.194.428	1.684.933										
Intangível	11	167.189	189.119										
<b>Total do ativo</b>		<b>60.826.451</b>	<b>54.298.433</b>										
<b>Passivo e patrimônio líquido</b>		<b>60.826.451</b>	<b>54.298.433</b>										
<b>Passivo circulante</b>		<b>16.107.755</b>	<b>12.704.583</b>										
Financiamentos	12	3.493.394	1.987.156										
Arrendamento mercantil	13	556.625	638.895										
Fornecedores	14	3.780.846	2.617.052										
Imposto de Renda e Contribuição Social	15	1.083.754	1.694.084										
Obrigações fiscais	16	677.093	771.107										
Obrigações trabalhistas	17	1.613.725	1.941.308										
Dividendos	18	3.101.963	2.398.627										
Outras obrigações	20	1.800.355	656.354										
<b>Passivo não circulante</b>		<b>2.064.242</b>	<b>2.920.499</b>										
Financiamentos	12	1.409.057	2.348.429										
Arrendamento mercantil	13		475.230										
Provisão para demandas judiciais	19	655.185	96.840										
<b>Patrimônio líquido</b>		<b>42.654.453</b>	<b>38.673.350</b>										
Capital Social		28.521.601	28.521.601										
Reserva de capital		20.235	20.235										
Reservas de lucros		14.112.617	10.131.514										
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>60.826.451</b>	<b>54.298.433</b>										

### Notas explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

**1. Contexto operacional** – CAS Tecnologia S.A. (“CAS” ou “a Cia.”) é uma Cia. de Capital Fechado que aplica tecnologia, ciência e engenharia para desenvolver soluções que resolvem problemas críticos para os seus clientes, contribuindo para melhorar a eficiência em processos corporativos, governança e sustentabilidade, em vários segmentos, tais como: serviços públicos (eletricidade, água e gás), ambientais, financeiros, telecomunicações e projetos do governo. Com compromisso de qualidade técnica e comercial em todos os seus projetos, a CAS tem participado da solução de problemas de alta relevância para as empresas e para a sociedade. Seja pela presença de seus produtos e serviços em milhares de cidades de norte a sul do Brasil, participando do cotidiano de milhares de famílias, ou promovendo tecnologias brasileiras com sucesso em outros países do mundo, a CAS desempenha de maneira ativa e dedicada a tarefa de resolver questões de natureza crítica em segmentos vitais para a sociedade como concessionárias de serviços públicos (energia, água e gás), meio-ambiente, financeiro, telecomunicações e governo, gerando projetos de valor para seus clientes. A CAS possui equipe técnica de alto nível acumula experiência em projetos de grande porte em diversos segmentos e áreas de engenharia, desenvolvendo projetos de fabricação e integração de equipamentos e sistemas. As soluções CAS atendem com uma visão multidisciplinar e de maneira completa os problemas reais de clientes e da sociedade. O seu portfólio é abrangente e podemos destacar a fabricação de equipamentos da linha RS2000 para automatização, monitoramento e coleta de dados de medição por meio de tecnologias IoT, redes inteligentes para telemetria e telemedicação. Desenvolvimento de sistemas, integrados ou não ao hardware da linha RS2000, para gestão de dados da medição, automação de faturamento e análise de dados por meio de tecnologias de redes neurais. Prestação de serviços de consultoria aos sistemas e equipamentos próprios, infraestrutura crítica de TI e integração de sistemas. Em 2018 iniciaram projetos direcionando suas plataformas e criando novos produtos para IoT (Internet of Things), visando a expansão do mercado e possibilidades tecnológicas para a Cia. A Cia. está domiciliada no Brasil. Sua Sede está localizada em São Paulo: Rua Dias Leme, nº 130 – Mooca, São Paulo. Sendo aprovada as demonstrações para uso pela Diretoria em 27/02/2023. **2. Políticas contábeis – 2.1. Base de preparação:** As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP). As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis foram aplicadas de forma consistente em todos os períodos apresentados. A preparação das demonstrações contábeis em conformidade com “BR GAAP” exige o julgamento no exercício de gestão e na aplicação das políticas contábeis da Cia. **2.2. Moeda funcional:** Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Cia. atua (“a moeda funcional”), o Real. As declarações são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Cia. e a moeda de apresentação da Cia. **2.3. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses ou menos (com risco insignificante de mudança de valor). **2.4. Ativos financeiros:** **2.4.1. Classificação:** A Cia. classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, nas seguintes categorias: ao valor justo por meio do resultado e custo amortizado. A classificação é efetuada com base no modelo de negócios da Cia. na gestão dos ativos e nas características do fluxo de caixa contratual do ativo financeira. **(a) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado:** Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes. **(b) Custo amortizado:** Um ativo financeiro é classificado como custo amortizado quando o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é manter o ativo financeiro a fim de coletar fluxos de caixa contratuais e quando os termos contratuais do ativo financeiro geram fluxos de caixa que são somente de principal e juros sobre o valor do principal em aberto em uma data especificada. **2.5. Clientes:** São os montantes devidos por clientes pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no curso normal dos negócios da Cia. Se o recebimento é esperado em um ano ou menos, eles são classificados como ativos circulantes. Se não, eles são apresentados como ativos não circulantes. São reconhecidas inicialmente pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, deduzido de perda estimada para créditos de liquidação duvidosa. **2.6. Estoques:** Os estoques são demonstrados ao custo de aquisição. O custo é determinado usando o método do custo médio ponderado móvel. O custo dos produtos acabados e em curso inclui os custos das matérias-primas. Em cada data de balanço, os estoques são avaliados quanto a perda por realização. Se for identificada uma perda estimada, é reconhecida imediatamente no resultado. **2.7. Impostos a recuperar:** A Cia. efetua análises periódicas sobre os saldos dos créditos relativos a impostos a recuperar, para a tomada de medidas preventivas que visam a realização destes créditos e evitar que os saldos excedam sua capacidade de realização. **Incentivos fiscais:** Com a aprovação da Lei nº 13.969 de dezembro de 2019, em abril de 2020, passaram a vigorar novas disposições para as Leis da Informática e PADIS. Dentre as mudanças, trazidas pela nova legislação, estão a alteração do incentivo de redução do IPI. A nova lei que retirou o incentivo, implementou um novo benefício fiscal, que será aproveitado por meio de crédito financeiro que leva em conta o valor do investimento em pesquisa, desenvolvimento e inovação das empresas (PD&I), e o valor do faturamento de produtos que cumpram as regras do processo produtivo básico (PPB) – Lei nº 8.248/91. No expediente da lei o referido crédito financeiro deve ser utilizado para abater os valores de imposto de renda e contribuição social, bem como na compensação com outros tributos administrados pela Receita Federal. A Cia. obteve um crédito gerado em 2022 no montante de R\$ 4.085.484 (2.581.815 em 2021) conforme detalhado na Nota Explicativa nº 26. **2.8. Outros ativos circulantes:**

**Saldos em 31/12/2020**  
 Compra de ações  
 Lucro líquido do exercício  
 Constituição de reserva de legal  
 Retenção de lucros  
 Dividendos propostos  
 Dividendos antecipados Classe B  
**Saldos em 31/12/2021**  
 Compra de ações  
 Lucro líquido do exercício  
 Constituição de reserva de legal  
 Retenção de lucros  
 Dividendos propostos  
 Dividendos antecipados Classe B  
**Saldos em 31/12/2022**  
 Outros ativos circulantes são apresentados pelo valor líquido de realização, incluindo, quando aplicável, as variações monetárias e os correspondentes proveitos auferidos até as datas dos balanços. **2.9. Imobilizado:** Propriedade, instalações e equipamentos estão demonstrados pelo custo histórico e a depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificáveis. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que benefícios econômicos futuros associados a esses custos irão fluir para a Cia. e podem ser mensurados de forma confiável. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são debitados à demonstração do resultado durante o período em que são incorridos. A depreciação é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue: **Vida útil econômica:** • Instalações e equipamentos: dez anos; • Computadores e periféricos: cinco anos; • Veículos: cinco anos. Os valores residuais dos imobilizados e as vidas úteis são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada período de relatório. Nesse exercício não foram identificados indícios que requerem estudo para revisão. Ganhos e perdas em alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em “Outros ganhos (perdas), líquidos” na demonstração do resultado. **2.10. Arrendamento mercantil:** No exercício de 2020, a Administração da Cia. registrou no ativo imobilizado o valor de R\$ 980.502 decorrente dos impactos da adoção do CPC 6 (R2) – Operações de arrendamento mercantil. Em contrapartida ao reconhecimento do ativo, foi registrado um passivo de arrendamento mercantil de mesmo valor, segregado entre passivo circulante e passivo não circulante. **(j) Direito de Uso do Ativo de Arrendamento Mercantil:** A Cia. adotou o pronunciamento IFRS 16/CPC 6 (R2) – Operações de arrendamento mercantil em 01/01/2019, considerando como base de análise os contratos com ativos identificáveis, cujo controle do uso do ativo, benefícios econômicos, entre outros aspectos previstos no pronunciamento, são exclusivos da Cia., independente da forma jurídica dada ao contrato. Contratos de prestação de serviços e acordos de fornecimento foram equiparados a contratos de arrendamento quando há ativo identificável. Na data da adoção inicial, a Cia. utilizou a abordagem retrospectiva modificada, optando por mensurar o custo do direito de uso do ativo de arrendamento mercantil ao valor equivalente ao valor presente do passivo de arrendamento mercantil a pagar a partir de 01/01/2019, sem qualquer atualização das informações comparativas. A depreciação do direito de uso é calculada com base no prazo de vigência de cada contrato de arrendamento. **(ii) Provisão com arrendamento mercantil:** Na data de início, a mensuração do passivo provisão com arrendamento mercantil foi calculada com base no valor presente dos pagamentos fixos do arrendamento que não foram efetuados até essa data. Os valores das parcelas a pagar foram descontados pela taxa incremental sobre empréstimo (taxa de desconto), acrescidos de outras obrigações contratuais previstas nos contratos de arrendamento ajustados ao valor presente. A Cia. optou por definir uma única taxa de desconto para arrendamentos com características similares, considerando como critério para definição da taxa de desconto os custos financeiros dos empréstimos e financiamentos para aquisição de ativos similares. A taxa de desconto vigente e utilizada para o cálculo do valor presente da provisão com arrendamento mercantil dos ativos identificados e, consequentemente, para apropriação mensal dos juros financeiros, é de 9,26%, em conformidade com o prazo de vigência de cada contrato de arrendamento. O valor do ajuste ao valor presente será apropriado mensalmente como juros financeiros no resultado do exercício. Os custos estimados de desmobilização não são significativos e, portanto, não foram considerados no custo de formação do ativo e do passivo, sendo que os montantes já consideram os valores das parcelas atualizadas conforme as definições contratuais (IGPM), os prazos de arrendamento, foram estendidos, quando aplicável, considerando a perspectiva da Administração em continuar suas operações com o ativo. Não foram identificados quaisquer contratos com prazos inferiores a doze meses ou com um ativo identificável com valor de mercado irrelevante. **2.11. Ativo intangível:** Marcas adquiridas separadamente e licenças são inicialmente avaliadas pelo custo histórico. As marcas registradas e as licenças adquiridas em uma combinação de negócios são reconhecidas pelo valor justo na data de aquisição. Posteriormente, marcas e licenças, com uma vida útil finita são contabilizadas pelo custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada usando o método linear para alocar o custo das marcas e licenças em relação à vida útil econômica estimada, como segue: **Vida útil econômica:** • Software: cinco anos. Os gastos com Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), são registrados como despesas, quando incorridos, pois, se tratam de manutenção da estrutura de tecnologia e de software, atendendo os requerimentos técnicos contábeis. Os desenvolvimentos de softwares, são identificados e considerados como ativo intangível quando atende os requerimentos de existência de controle sobre o ativo da Cia., existência de viabilidade econômica futura, em que possivelmente benefício econômico futuro. Quando aplicável, são registrados pelo montante do gasto realizado, até limite de recuperação futura. **2.12. Impairment de ativos não financeiros:** Os ativos não financeiros, exceto para estoques e ativos ao justo valor, são revisados anualmente para determinar se há alguma indicação de perda por valor recuperável. Onde há qualquer indicação de que um ativo possa apresentar perda por valor recuperável, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa à qual o ativo tenha sido atribuído) é testado para “impairment”, comparando-a com o futuro dos fluxos de caixa descontados estimados a serem gerados por esse ativo ou UGC. Se o valor contábil é maior, uma perda por perda por valor recuperável é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. O valor recuperável é o maior entre o valor justo menos os custos de um ativo para vender e seu valor em uso com base nos fluxos de caixa descontados. Para efeitos de avaliação do “impairment”, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (UGC). Exceto o ágio, os ativos não financeiros, que tenham sofrido “impairment”, são revisados para uma possível reversão do “impairment” na data do balanço. **2.13. Contas a pagar/fornecedores:** As contas a pagar são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios. As contas a pagar são classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido em um ano ou menos. Se não, elas são apresentadas como passivo não circulante. As contas a pagar são reconhecidas inicialmente pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva. **2.14. Empréstimos/financiamentos:** Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período dos empréstimos, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Os

empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Cia. tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de relato. Ambos os custos gerais e específicos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que requer um período substancial de tempo para ficar pronto para o seu uso pretendido ou venda são capitalizados como parte do custo desse ativo, quando é provável que benefícios econômicos futuros associados ao item fluirão para a Cia. e os custos podem ser mensurados de forma confiável. Os demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesas financeiras no período em que são incorridos. **2.15. Provisões:** As provisões para custos de reestruturação e ações judiciais (trabalhistas, cíveis e fiscais) são reconhecidas quando: **(i)** A Cia. tem uma obrigação presente, legal ou construtiva, como resultado de eventos passados; **(ii)** Seja provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e **(iii)** O valor pode ser estimado com segurança. As provisões não incluem perdas operacionais futuras. Sempre que há uma série de obrigações similares, a probabilidade de que um desembolso será exigido na liquidação é determinado considerando a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de uma saída em relação a qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa de desconto antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da provisão por decorrer do tempo é reconhecido como despesa de juros. **2.16. Patrimônio líquido:** As ações ordinárias e preferenciais são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução, líquida de tributos. Quando a empresa consolidada compra suas próprias ações (ações em tesouraria), o valor pago, incluindo quaisquer custos adicionais diretamente atribuíveis (líquidos de impostos), é deduzido do patrimônio líquido atribuído aos acionistas da Cia. até que as ações sejam canceladas ou readitadas. Quando essas ações são, subsequentemente, readitadas, qualquer valor recebido, líquido de custos de transação diretamente atribuíveis e os efeitos de imposto de renda e contribuição social relacionado, está incluído no patrimônio líquido atribuído aos acionistas da Cia. **2.17. Reconhecimento da receita:** A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela venda de bens e serviços no curso normal das atividades da Cia. A receita é apresentada líquida dos tributos, das devoluções, dos abatimentos e descontos. A Cia. reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, quando for provável que benefícios econômicos futuros resultarão da transação e quando foram atendidos critérios específicos para cada uma das atividades da Cia., conforme descrito abaixo. A Cia. baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda. **(a) Venda de produtos:** A principal linha de produtos é projetada e desenvolvida por uma equipe de especialistas para promover a aplicação de tecnologias avançadas em operações complexas de distribuição de energia, distribuição de água e distribuição de gás. A Linha RS2000 oferece equipamentos que incorporam tecnologias sofisticadas que fornecem comunicações móveis de processamento, com o objetivo de gestão, controle, monitoramento ou equipamentos de vigilância atribuída pela distância física. Os principais produtos são: • RS 2000 Lite 2008; • RS 2000 Standard; • RS 2000 E-Control. A receita de vendas é reconhecida quando a Cia. transfere os riscos e benefícios significativos da propriedade para o comprador e é provável que a Cia. receberá o pagamento acordado. Estes critérios são considerados quando é entregue ao comprador. **(b) Prestação de serviços: Serviços Profissionais:** novas tecnologias foram incorporadas ao mercado de eletricidade relacionado com a gestão e controle da distribuição de energia. Este novo cenário alcança resultados significativos no trabalho de medição, análise e TI, contando com recursos operacionais e de gestão para promover ações rápidas e assertivas. A fim de cooperar com os utilizadores neste cenário, CAS desenvolveu um conjunto completo de serviços com atividades que abrangem diferentes áreas do ciclo de negócios. O objetivo é garantir a implementação, administração e manutenção da infraestrutura tecnológica adequada, permitindo utilizadores para manter o foco em suas operações. A receita de serviços é reconhecida na medida em que o serviço é prestado ao cliente. **(c) Receita financeira:** A receita de juros é reconhecida pelo regime de competência, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Quando um empréstimo e instrumento a receber é prejudicado, a Cia. reduz o valor contábil para seu valor recuperável, sendo o fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa de juros efetiva original do instrumento. Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida de receita financeira. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa efetiva de juros utilizada para determinar o valor recuperável, ou seja, a taxa original do instrumento. **2.18. Distribuição de dividendos:** A distribuição de dividendos para os acionistas da Cia. é reconhecida como um passivo nas demonstrações contábeis ao final do ano com base no estatuto social da Cia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral/reunião do Conselho de Administração. **3. Estimativas e julgamentos** – As estimativas contábeis e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. **3.1. Estimativas e premissas contábeis críticas:** Com base em premissas, a Cia. faz estimativas com relação ao futuro. As estimativas contábeis resultantes, por definição, não serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício financeiro estão relacionadas principalmente ao reconhecimento de receita, conforme detalhado na Nota Explicativa nº 2.16. **4. Novas normas e práticas contábeis** – A seguir, elencamos as normas e interpretações emitidas pelo IASB, mas que ainda não estão vigentes no Brasil: Para as seguintes normas ou alterações a Administração ainda não determinou se haverá impactos significativos nas demonstrações contábeis da Cia., a saber: **1. Alteração na Norma IAS 8** – altera a definição de estimativa contábil, que passou a ser considerada como “valores monetários nas demonstrações contábeis sujeitos à incerteza na mensuração”, efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2023; **2. Alteração na norma IAS 12** – traz exceção adicional da isenção de reconhecimento inicial do imposto diferido relacionado a ativo e passivo resultante de uma única transação, efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2023; **3. Alteração na norma IFRS 17** – inclui esclarecimentos de aspectos referentes a contratos de seguros, efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2023; **4. Alteração na Norma IFRS 4** – extensão das isenções temporárias da aplicação da IFRS 9 para seguradoras. Esclarece aspectos referentes a contratos de seguro e a isenção temporária de aplicação da norma IFRS 9 para seguradoras, efetiva

**Demonstrações do Resultado Abrangente**

	Nota	2022	2021
Lucro líquido do exercício		13.060.895	10.099.485
<b>Total do resultado abrangente do exercício</b>		<b>13.060.895</b>	<b>10.099.485</b>

### Demonstrações dos Fluxos de Caixa – Método Indireto

**Fluxos de caixa das atividades operacionais**

	2022	2021
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>13.060.895</b>	<b>10.099.484</b>
<b>Ajuste de itens que não afetam o caixa</b>		
Depreciação e amortização	791.256	766.662
Valor residual do ativo imobilizado alienado	1.228	36.513
Estimativa de perda dos estoques por obsolescência	192.538	62.695
Aumento de provisão para demandas judiciais	558.345	-
Aumento de provisão de perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa	620.566	156.979
Receita de aplicações financeiras	-	(1.097.377)
Apropriação de juros sobre arrendamento mercantil	76.697	123.974
Apropriação de juros sobre empréstimos	136.622	165.807
<b>15.438.148</b>	<b>10.314.737</b>	

### Variações patrimoniais – ativo e passivo

	2022	2021
Duplicatas a receber	2.067.288	10.208.663
Adiantamentos	15.664	53.925
Tributos a recuperar	(454.255)	39.844
Estoques	(6.960.471)	(1.613.494)
Fornecedores	2.670.033	2.042.254
Tributos a recolher	(5.583.039)	(2.533.299)
Salários a pagar	(327.583)	609.985
Outras obrigações	393.963	(322.424)
<b>Caixa líquido gerado/(consumido) pelas operações</b>	<b>7.259.745</b>	<b>(1.014.925)</b>
Juros sobre empréstimos pagos	(136.622)	(165.807)
Juros sobre arrendamento mercantil	(76.697)	(123.974)
Imposto de Renda e Contribuição Social pagos	4.878.696	3.909.399
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais</b>	<b>11.925.121</b>	<b>6.004.692</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento</b>		
Aquisição de ativo imobilizado	(280.049)	(326.394)
Aplicação financeira	-	2.791.833
<b>Caixa líquido (consumido)/gerado pelas atividades de investimento</b>	<b>(280.049)</b>	<b>2.465.439</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</b>		
Ações em tesouraria		16.809
Pagamento de principal	(939.371)	(2.789.376)
Pagamento de dividendos	(8.376.457)	(6.564.413)
<b>Caixa líquido consumido pelas atividades de financiamento</b>	<b>(9.315.828)</b>	<b>(9.336.980)</b>
<b>Aumento líquido/(redução) de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>2.329.244</b>	<b>(4.266.849)</b>
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	17.048.925	21.315.774
Caixa e equivalente de caixa no fim do exercício	19.378.169	17.048.925
<b>Aumento líquido/(redução) de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>2.329.244</b>	<b>(4.266.849)</b>

para períodos iniciados em ou após 01/01/2023; **5. Alteração na Norma IFRS 16** – responsabilidade em um retro arrendamento, efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2024; **6. Alteração na Norma IAS 1**: a. Classificação de passivos como circulante ou não-circulante. Esta alteração esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de passivos como circulante e não-circulante, efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2024; b. Alteração na divulgação de políticas contábeis, efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2023. Em janeiro de 2020, o IASB emitiu emendas ao IAS 1, que esclarecem os critérios utilizados para determinar se o passivo é classificado como circulante ou não circulante. Essas alterações esclarecem que a classificação atual se baseia em se uma entidade tem o direito ao final do período de relatório de adiar a liquidação da responsabilidade por pelo menos doze meses após o período de relatório. As alterações também esclarecem que o “acordo” inclui a transferência de dinheiro, bens, serviços ou instrumentos de patrimônio, a menos que a obrigação de transferir dinheiro, bens, serviços ou instrumentos patrimoniais decorra de um recurso de conversão classificado como instrumento de capital próprio separadamente do componente de responsabilidade de um instrumento financeiro composto. As alterações eram originalmente efetivas para relatórios anuais iniciados a partir de 01/01/2023. No entanto, em maio de 2020, a data de vigência foi adiada para períodos anuais de relatórios a partir de 01/01/2024. Atualmente, a Cia. está avaliando o impacto dessas novas normas e alterações contábeis. A Cia. avaliará o impacto das alterações finais à IAS 1 na classificação de seus passivos uma vez que elas são emitidas pelo IASB. A Cia. acredita que as alterações à IAS 1, na sua forma atual, terão um impacto significativo na classificação de seus passivos, uma vez que o recurso de conversão em seus instrumentos de dívida conversível é classificado como um instrumento patrimonial e, portanto, não afeta a classificação de sua dívida conversível como passivo não circulante. **5. Caixa e equivalentes de caixa**

|--|

CAS Tecnologia S.A.			
... continuação			
<b>6. Contas a receber</b> Vendas de produtos faturados 8.673.436 Prestação de serviços faturados 5.637.534 (-) Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa (231.973) <b>13.458.432</b>		<b>2022</b> 9.810.747 6.567.511 (231.973) <b>16.146.285</b>	
<b>(a) Aging list de contas a receber</b> Vencidos > 91 90 - 61 60 - 31 30 - 1 Valor 852.538 15.159.477,086 2.152.448		<b>2022</b> 2.152.448	
<b>Condição</b> > 91 90 - 61 60 - 31 30 - 1 Valor 852.538 15.159.477,086 2.152.448		<b>2022</b> 2.152.448	
<b>Condição</b> 0 - 30 31 - 60 61 - 90 > 90 Valor 6.189.703 3.868.380 708.861 46.794		<b>2022</b> 14.310.970	
Perdas estimadas para crédito de liquidação duvidosa é de R\$ 852.538 (2021 - R\$ 231.973). São considerados os títulos que estão vencidos e que possam apresentar algum risco de recebimento. Abaixo está demonstrada a movimentação da PECLD:			
<b>Saldos iniciais (+) Adições</b> Saldos finais (852.538)		<b>2022</b> (231.973) (74.994) (156.979) (231.973)	
<b>10. Imobilizado</b> Custos Saldos em 31/12/2020 Adições Baixas Saldos em 31/12/2021 Depreciação acumulada Saldos em 31/12/2021 Depreciação do ano Baixa de imobilizado Saldos em 31/12/2021 Valor líquido do imobilizado Em 31/12/2020 Em 31/12/2021		<b>2022</b> 852.960 1.618.988 47.400 2.519.954 5.039.302 238.862 238.862 (23.063) (23.063) 852.960 1.834.787 47.400 2.519.954 5.255.101 (1.258.094) (22.493) (1.026.918) (2.864.285) (706.285) (133.225) (9.480) (512.533) 324 (1.390.995) (31.973) (1.539.451) (3.570.124) 296.180 360.894 24.907 1.493.036 2.175.017 245.210 443.792 15.427 980.503 1.684.933	
<b>Condição</b> 0 - 30 31 - 60 61 - 90 > 90 Valor 6.189.703 3.868.380 708.861 46.794		<b>2022</b> 14.310.970	
<b>Condição</b> 0 - 30 31 - 60 61 - 90 > 90 Valor 6.189.703 3.868.380 708.861 46.794		<b>2022</b> 14.310.970	
<b>11. Intangível</b> Custos Saldos em 31/12/2020 Adições Baixas Saldos em 31/12/2021 Amortização acumulada Saldos em 31/12/2021 Amortização do ano Saldos em 31/12/2021 Valor líquido do intangível Em 31/12/2020 Em 31/12/2021			
<b>Software</b> Saldos em 31/12/2020 Adições Baixas Saldos em 31/12/2021 Amortização acumulada Saldos em 31/12/2021 Amortização do ano Saldos em 31/12/2021 Valor líquido do intangível Em 31/12/2020 Em 31/12/2021		<b>2022</b> 841.299 87.532 (13.774) (665.483) (60.454) (725.937) 189.119 175.816 189.119 189.119 189.119 189.119 189.119 189.119	
<b>Software</b> Saldos em 31/12/2021 Adições Baixas Saldos em 31/12/2022 Amortização acumulada Saldos em 31/12/2021 Amortização do ano Saldos em 31/12/2022 Valor líquido do intangível Em 31/12/2021 Em 31/12/2022		<b>2022</b> 915.057 39.992 - 955.049 (725.937) (61.923) (787.860) 167.189 189.119 167.189 167.189 167.189 167.189	
A Cia. utiliza em sua escrituração contábil o método linear de depreciação/amortização, ou seja, a depreciação/amortização em cada período é sempre igual e corresponde à depreciação total dividida pelo número de períodos da vida útil prevista. Este é o método mais comum utilizado pelas empresas, por ser o método utilizado para a escrituração fiscal das empresas. Não é utilizado o conceito de "Valor Residual" para o cálculo da depreciação/amortização, por política da empresa, pois não possui em seu imobilizado/intangível, máquinas pesadas de transformação, ou valores significativos de intangíveis, conforme seu Estatuto Social permite, toda industrialização é feita em terceiros, internamente é feito o processo de integração das partes e peças adquiridas. Dessa forma o maior valor refere-se a computadores e periféricos, que não estão ligados a produção.			
<b>12. Empréstimos e financiamentos</b> Financiamentos de Curto Prazo (BNDES - DEEP Learning) FINIMP (Financiamento de importação)		<b>2022</b> 939.372 2.554.021 3.493.394	
Financiamentos de Longo Prazo (BNDES - DEEP Learning)		<b>2021</b> 939.372 1.047.784 1.987.156	
Refere-se a um contrato de financiamento, com o objetivo de custear o desenvolvimento de novo produto da CAS. O contrato tem o montante de R\$ 4.650.400, porém a captação é contraprestacional, podendo ser requerido até 24 meses da assinatura dele, com taxa pré-fixada de 2,4% a.a., e com prazo de pagamento de 60 meses após o período de carência de 24 meses, necessários para a obtenção dos valores, prestações de contas e desenvolvimento dos produtos. O FINIMP foi realizado com o objetivo de financiar importações de matérias-primas, que são importadas e que o lead-time é longo, dessa forma há uma adequação do fluxo de caixa. Com prazo máximo para pagamento em 11/01/2023, a uma taxa de juros efetiva de 1,25% a.m., nesta data, quitado. A seguir o cronograma de vencimento dos empréstimos:			
<b>2022</b> 2022 2023 2024 2025		<b>2021</b> 1.987.156 939.372 939.372 469.686 4.335.589	
<b>13. Arrendamento mercantil</b> Arrendamento mercantil - Direito de uso Passivo circulante Passivo não circulante		<b>2022</b> 556.625 556.625 556.625	
A seguir o cronograma de vencimento dos arrendamentos:		<b>2021</b> 1.114.125 638.895 475.230	
<b>2022</b> 2022 2023 Ajuste a valor presente		<b>2021</b> 814.897 848.552 (549.324) 1.114.125	
<b>14. Fornecedores/contas a pagar</b> Produto/Componente Produto/Componente Importado (a) Serviços Outros		<b>2022</b> 2.882.036 553.039 317.869 27.902 3.780.846	
<b>(a) O valor apresentado corresponde a um título em moeda estrangeira EURO 103.150, convertido pelo custo da compra da moeda em R\$ 5,36. 15. Imposto de Renda e Contribuição Social.</b>		<b>2021</b> 1.575.997 864.159 162.089 14.806 2.617.052	
Imposto de Renda Pessoa Jurídica Contribuição social			
<b>2022</b> 700.366 383.388 1.083.754		<b>2021</b> 1.194.206 499.878 1.694.084	
<b>7. Estoques</b> Matéria-prima Estoque em elaboração Produtos acabados Importações em andamento Obsolescência (a)		<b>2022</b> 10.137.738 2.100.010 6.007.938 3.099.334 (974.590) 20.370.430	
<b>2021</b> 6.602.942 2.171.693 3.992.387 1.424.989 (782.052) 13.409.959		<b>2022</b> 88.668 62.812 252.180 54.652 84.060 445.606 987.978	
(a) Estimativa de Perda por Obsolescência foi realizada produtos cujo não tiveram movimentação nos últimos 12 meses para identificar potenciais perdas sobre a dificuldade de venda dos produtos, uso de componentes ou matéria prima.			
<b>8. Tributos a recuperar</b> IPI ICMS COFINS PIS CSLL CERTIFICADO CRÉDITO PPB		<b>2022</b> 89.922 349.110 352.057 76.292 117.352 457.500 1.442.233	
<b>9. Adiantamentos</b> Adiantamento a empregados Adiantamento de viagens Adiantamento a prestadores de serviços		<b>2021</b> 51.365 864 88.456 125.021 140.886	
<b>20. Outras contas a pagar</b> Adiantamentos de clientes Comissões		<b>2022</b> 1.173.092 627.263 1.800.355	
<b>20.1. Políticas de comissões:</b> As comissões não são garantidas por assinatura de contratos, elas são reconhecidas quando a receita é gerada/reconhecida no momento da competência. Após o reconhecimento, elas são armazenadas na conta do passivo de provisão de comissão. Quando a receita é efetivamente recebida (caixa), existe uma transferência da conta de provisão de comissão para comissão a pagar, também no passivo, e no mês subsequente é paga ao representante comercial. Temos contratos firmados com representantes comerciais nas regiões nordeste e sudeste do país, em que as condições e obrigações existentes seguem a legislação brasileira, não mantendo qualquer vínculo de emprego ou responsabilidade solidária.		<b>2021</b> 31.494 624.860 656.354	
<b>21. Patrimônio líquido</b> - Os instrumentos financeiros de emissão da Cia. (ações) são classificados no patrimônio líquido.			
<b>Capital social:</b> Em 31/12/2022, a Cia. possui 1.470.588 ações ordinárias, 379.355 ações preferenciais classe A, 2.250 ações preferenciais Classe B e 64.540 ações preferenciais Classe C. As ações ordinárias dão direito a um voto na Assembleia Geral, além de dividendos ordinários. Ações preferenciais classe A dão direito a um voto para um grupo de 10 ações, e 10% de dividendos adicionais em relação às ações ordinárias. As ações preferenciais classe B dão direito a dividendos fixos, mas sem direito a voto. As ações preferenciais classe C dão direito aos mesmos dividendos na forma de ações ordinárias, mas sem direito a voto.			
<b>Reserva legal:</b> A reserva legal é constituída mediante destinação de 5% do lucro líquido, antes de qualquer outra destinação. Esta reserva será constituída necessariamente pela Cia., até atingir 20% do capital social, quando deixar de ser aumentada.			
<b>Reserva de lucros:</b> A reserva de lucros em 31/12/2022 é de R\$ 10.170.313 (R\$ 6.842.254 em 31/12/2021) para financiar o crescimento dos negócios.			
<b>Reserva de retenção de lucros acumulados</b> 6.842.254		<b>Lucros</b> 6.842.254	
<b>Saldos em 31/12/2021</b> Compra de ações Lucro líquido do exercício Constituição de reserva de legal Retenção de lucros Dividendos propostos Dividendos antecipados Classe B		<b>2022</b> - - 13.060.895 (653.045) 3.325.238 2.821 (5.980.650) 10.170.313	
<b>22. Receita</b> Venda de produtos Prestação de serviços (-) ISS (-) ICMS (-) IPI (-) PIS (-) COFINS (-) Devoluções de vendas		<b>2021</b> 48.258.523 20.741.723 (618.850) (4.751.608) (4.362.062) (355.240) (1.639.569) (1.822.879) 73.118.761	
<b>23. Custos</b> Custos dos produtos Custos dos serviços		<b>2021</b> (21.804.829) (7.849.479) (29.654.308)	
<b>24. Despesas administrativas e gerais</b> Mão de obra Operação Comunicação Depreciação e amortização Material de escritório Cursos e treinamentos Outros		<b>2022</b> (13.921.674) (4.649.945) (275.867) (791.256) (310.212) (43.748) (74.607) (20.067.129)	
<b>25. Receitas e despesas financeiras</b> Descontos obtidos Receita de aplicações financeiras Juros Variação cambial		<b>2021</b> 31.953 2.494.246 8.596 109.343 188.469 2.644.138	
<b>29.4. Risco de mercado: a) Risco de taxa de juros:</b> A Cia. está exposta a taxa de juros flutuantes relativas a empréstimos captados no mercado (CDI e TJLP) e aplicações financeiras (CDI), que podem afetar negativamente as receitas ou despesas financeiras caso ocorra um movimento desfavorável nas taxas de juros. A Cia. definiu 3 cenários (provável, possível e remoto) a serem simulados. No provável foram definidas as taxas divulgadas pelo mercado, cenário possível e o remoto, uma deterioração de 25% e 50% respectivamente nas taxas, e os impactos de redução no resultado da Cia.. A base de cálculo utilizada é o valor apresentado nas notas explicativas caixa e equivalentes de caixa, em 2022:		<b>2022</b> 110.288 218.207 21 575.340 176.498	
<b>Ativos financeiros</b> Aplicação financeira		<b>Fator de risco</b> CDI (Redução) 22.597.170	
<b>Passivos financeiros</b> Fornecedores estrangeiros (nota 14)		<b>Fator de risco</b> Aíla do EUR 103.150	
Devido à natureza, complexidade e isolamento de uma única variável, as estimativas apresentadas podem não representar fielmente o valor da perda, caso a variável em questão tenha a deterioração apresentada, na projeção foi utilizada a taxa de CDI referente a dez/22 (1,12%). O cenário provável foi definido com base nas taxas de mercado de dólares norte-americanos e euros em 31/12/2022 que determina o valor justo dos instrumentos financeiros naquelas datas. Cenários estressados (efeitos positivos e negativos, antes dos impostos) foram definidos com base em impactos adversos de 25% e de 50% nas taxas de câmbio do euro usadas no cenário provável. O cenário provável considera projeções da Cia. para as taxas de câmbio nas datas base para as operações com moeda funcional real (positivos e negativos, antes dos impostos).			
<b>Exposição a riscos cambiais:</b> O fluxo de caixa da Cia. está sujeito à volatilidade do dólar norte-americano e do euro, uma vez que parte dos seus insumos são adquiridos com fornecedores da China e da Europa, expondo a Cia. às flutuações do câmbio destas moedas:			
<b>Ativos</b> Caixa e equivalentes de caixa Aplicações financeiras Contas a receber		<b>2022</b> 21.595.170 2.432.999 13.458.432 37.486.601	
<b>Passivos</b> Financiamentos Fornecedores Outras contas a pagar		<b>2022</b> 4.902.451 3.780.846 1.800.355 10.483.652	
<b>29.2. Instrumentos financeiros derivativos:</b> A Cia. não mantém operações com instrumentos financeiros com características de derivativos, exceto para o contrato de financiamento de importação FINIMP, onde houve uma contratação de hedge para a operação.		<b>29.3. Classificação contábil e valores justos:</b> A seguir a tabela dos valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo.	
<b>29.1. Análises dos instrumentos financeiros:</b> A Cia. mantém operações com instrumentos financeiros, a administração dos instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. Não são permitidas operações com instrumentos financeiros de caráter especulativo.		<b>29.2. Instrumentos financeiros derivativos:</b> A Cia. não mantém operações com instrumentos financeiros com características de derivativos, exceto para o contrato de financiamento de importação FINIMP, onde houve uma contratação de hedge para a operação.	
<b>29.3. Classificação contábil e valores justos:</b> A seguir a tabela dos valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo.		a valor justo não foram incluídos em virtude de o valor contábil ser uma aproximação razoável do valor justo:	
<b>Ativos</b> Caixa e equivalentes de caixa Aplicações financeiras Contas a receber		<b>2022</b> 21.595.170 2.432.999 13.458.432 37.486.601	
<b>Passivos</b> Financiamentos Fornecedores Outras contas a pagar		<b>2022</b> 4.902.451 3.780.846 1.800.355 10.483.652	
<b>29.4. Risco de mercado: a) Risco de taxa de juros:</b> A Cia. está exposta a taxa de juros flutuantes relativas a empréstimos captados no mercado (CDI e TJLP) e aplicações financeiras (CDI), que podem afetar negativamente as receitas ou despesas financeiras caso ocorra um movimento desfavorável nas taxas de juros. A Cia. definiu 3 cenários (provável, possível e remoto) a serem simulados. No provável foram definidas as taxas divulgadas pelo mercado, cenário possível e o remoto, uma deterioração de 25% e 50% respectivamente nas taxas, e os impactos de redução no resultado da Cia.. A base de cálculo utilizada é o valor apresentado nas notas explicativas caixa e equivalentes de caixa, em 2022:		<b>2021</b> 17.048.925 4.650.000 16.146.285 37.845.210	
<b>Ativos financeiros</b> Aplicação financeira		<b>Fator de risco</b> CDI (Redução) 22.597.170	
<b>Passivos financeiros</b> Fornecedores estrangeiros (nota 14)		<b>Fator de risco</b> Aíla do EUR 103.150	
Devido à natureza, complexidade e isolamento de uma única variável, as estimativas apresentadas podem não representar fielmente o valor da perda, caso a variável em questão tenha a deterioração apresentada, na projeção foi utilizada a taxa de CDI referente a dez/22 (1,12%). O cenário provável foi definido com base nas taxas de mercado de dólares norte-americanos e euros em 31/12/2022 que determina o valor justo dos instrumentos financeiros naquelas datas. Cenários estressados (efeitos positivos e negativos, antes dos impostos) foram definidos com base em impactos adversos de 25% e de 50% nas taxas de câmbio do euro usadas no cenário provável. O cenário provável considera projeções da Cia. para as taxas de câmbio nas datas base para as operações com moeda funcional real (positivos e negativos, antes dos impostos).			
<b>Exposição a riscos cambiais:</b> O fluxo de caixa da Cia. está sujeito à volatilidade do dólar norte-americano e do euro, uma vez que parte dos seus insumos são adquiridos com fornecedores da China e da Europa, expondo a Cia. às flutuações do câmbio destas moedas:			
<b>Ativos</b> Caixa e equivalentes de caixa Aplicações financeiras Contas a receber		<b>2022</b> 21.595.170 2.432.999 13.458.432 37.486.601	
<b>Passivos</b> Financiamentos Fornecedores Outras contas a pagar		<b>2022</b> 4.902.451 3.780.846 1.800.355 10.483.652	
<b>29.2. Instrumentos financeiros derivativos:</b> A Cia. não mantém operações com instrumentos financeiros com características de derivativos, exceto para o contrato de financiamento de importação FINIMP, onde houve uma contratação de hedge para a operação.		<b>29.3. Classificação contábil e valores justos:</b> A seguir a tabela dos valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo.	
<b>29.1. Análises dos instrumentos financeiros:</b> A Cia. mantém operações com instrumentos financeiros, a administração dos instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. Não são permitidas operações com instrumentos financeiros de caráter especulativo.		<b>29.2. Instrumentos financeiros derivativos:</b> A Cia. não mantém operações com instrumentos financeiros com características de derivativos, exceto para o contrato de financiamento de importação FINIMP, onde houve uma contratação de hedge para a operação.	
<b>29.3. Classificação contábil e valores justos:</b> A seguir a tabela dos valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo.		a valor justo não foram incluídos em virtude de o valor contábil ser uma aproximação razoável do valor justo:	
<b>Ativos</b> Caixa e equivalentes de caixa Aplicações financeiras Contas a receber		<b>2022</b> 21.595.170 2.432.999 13.458.432 37.486.601	
<b>Passivos</b> Financiamentos Fornecedores Outras contas a pagar		<b>2022</b> 4.902.451 3.780.846 1.800.355 10.483.652	
<b>29.4. Risco de mercado: a) Risco de taxa de juros:</b> A Cia. está exposta a taxa de juros flutuantes relativas a empréstimos captados no mercado (CDI e TJLP) e aplicações financeiras (CDI), que podem afetar negativamente as receitas ou despesas financeiras caso ocorra um movimento desfavorável nas taxas de juros. A Cia. definiu 3 cenários (provável, possível e remoto) a serem simulados. No provável foram definidas as taxas divulgadas pelo mercado, cenário possível e o remoto, uma deterioração de 25% e 50% respectivamente nas taxas, e os impactos de redução no resultado da Cia.. A base de cálculo utilizada é o valor apresentado nas notas explicativas caixa e equivalentes de caixa, em 2022:		<b>2021</b> 17.048.925 4.650.000 16.146.285 37.845.210	
<b>Ativos financeiros</b> Aplicação financeira		<b>Fator de risco</b> CDI (Redução) 22.597.170	
<b>Passivos financeiros</b> Fornecedores estrangeiros (nota 14)		<b>Fator de risco</b> Aíla do EUR 103.150	
Devido à natureza, complexidade e isolamento de uma única variável, as estimativas apresentadas podem não representar fielmente o valor da perda, caso a variável em questão tenha a deterioração apresentada, na projeção foi utilizada a taxa de CDI referente a dez/22 (1,12%). O cenário provável foi definido com base nas taxas de mercado de dólares norte-americanos e euros em 31/12/2022 que determina o valor justo dos instrumentos financeiros naquelas datas. Cenários estressados (efeitos positivos e negativos, antes dos impostos) foram definidos com base em impactos adversos de 25% e de 50% nas taxas de câmbio do euro usadas no cenário provável. O cenário provável considera projeções da Cia. para as taxas de câmbio nas datas base para as operações com moeda funcional real (positivos e negativos, antes dos impostos).			
<b>Exposição a riscos cambiais:</b> O fluxo de caixa da Cia. está sujeito à volatilidade do dólar norte-americano e do euro, uma vez que parte dos seus insumos são adquiridos com fornecedores da China e da Europa, expondo a Cia. às flutuações do câmbio destas moedas:			
<b>Ativos</b> Caixa e equivalentes de caixa Aplicações financeiras Contas a receber		<b>2022</b> 21.595.170 2.432.999 13.458.432 37.486.601	
<b>Passivos</b> Financiamentos Fornecedores Outras contas a pagar		<b>2022</b> 4.902.451 3.780.846 1.800.355 10.483.652	
<b>29.2. Instrumentos financeiros derivativos:</b> A Cia. não mantém operações com instrumentos financeiros com características de derivativos, exceto para o contrato de financiamento de importação FINIMP, onde houve uma contratação de hedge para a operação.		<b>29.3. Classificação contábil e valores justos:</b> A seguir a tabela dos valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo.	
<b>29.1. Análises dos instrumentos financeiros:</b> A Cia. mantém operações com instrumentos financeiros, a administração dos instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. Não são permitidas operações com instrumentos financeiros de caráter especulativo.		<b>29.2. Instrumentos financeiros derivativos:</b> A Cia. não mantém operações com instrumentos financeiros com características de derivativos, exceto para o contrato de financiamento de importação FINIMP, onde houve uma contratação de hedge para a operação.	
<b>29.3. Classificação contábil e valores justos:</b> A seguir a tabela dos valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo.		a valor justo não foram incluídos em virtude de o valor contábil ser uma aproximação razoável do valor justo:	
<b>Ativos</b> Caixa e equivalentes de caixa Aplicações financeiras Contas a receber		<b>2022</b> 21.595.170 2.432.999 13.458.432 37.486.601	
<b>Passivos</b> Financiamentos Fornecedores Outras contas a pagar		<b>2022</b> 4.902.451 3.780.846 1.800.355 10.483.652	
<b>29.4. Risco de mercado: a) Risco de taxa de juros:</b> A Cia. está exposta a taxa de juros flutuantes relativas a empréstimos captados no mercado (CDI e TJLP) e aplicações financeiras (CDI), que podem afetar negativamente as receitas ou despesas financeiras caso ocorra um movimento desfavorável nas taxas de juros. A Cia. definiu 3 cenários (provável, possível e remoto) a serem simulados. No provável foram definidas as taxas divulgadas pelo mercado, cenário possível e o remoto, uma deterioração de 25% e 50% respectivamente nas taxas, e os impactos de redução no resultado da Cia.. A base de cálculo utilizada é o valor apresentado nas notas explicativas caixa e equivalentes de caixa, em 2022:		<b>2021</b> 17.048.925 4.650.000 16.146.285 37.845.210	
<b>Ativos financeiros</b> Aplicação financeira		<b>Fator de risco</b> CDI (Redução) 22.597.170	
<b>Passivos financeiros</b> Fornecedores estrangeiros (nota 14)		<b>Fator de risco</b> Aíla do EUR 103.150	
Devido à natureza, complexidade e isolamento de uma única variável, as estimativas apresentadas podem não representar fielmente o valor da perda, caso a variável em questão tenha a deterioração apresentada, na projeção foi utilizada a taxa de CDI referente a dez/22 (1,12%). O cenário provável foi definido com base nas taxas de mercado de dólares norte-americanos e euros em 31/12/2022 que determina o valor justo dos instrumentos financeiros naquelas datas. Cenários estressados (efeitos positivos e negativos, antes dos impostos) foram definidos com base em impactos adversos de 25% e de 50% nas taxas de câmbio do euro usadas no cenário provável. O cenário provável considera projeções da Cia. para as taxas de câmbio nas datas base para as operações com moeda funcional real (positivos e negativos, antes dos impostos).			
<b>Exposição a riscos cambiais:</b> O fluxo de caixa da Cia. está sujeito à volatilidade do dólar norte-americano e do euro, uma vez que parte dos seus insumos são adquiridos com fornecedores da China e da Europa, expondo a Cia. às flutuações do câmbio destas moedas:			
<b>Ativos</b> Caixa e equivalentes de caixa Aplicações financeiras Contas a receber		<b>2022</b> 21.595.170 2.432.999 13.458.432 37.486.601	
<b>Passivos</b> Financiamentos Fornecedores Outras contas a pagar		<b>2022</b> 4.902.451 3.780.846 1.800.355 10.483.652	
<b>29.2. Instrumentos financeiros derivativos:</b> A Cia. não mantém operações com instrumentos financeiros com características de derivativos, exceto para o contrato de financiamento de importação FINIMP, onde houve uma contratação de hedge para a operação.		<b>29.3. Classificação contábil e valores justos:</b> A seguir a tabela dos valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo.	
<b>29.1. Análises dos instrumentos financeiros:</b> A Cia. mantém operações com instrumentos financeiros, a administração dos instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. Não são permitidas operações com instrumentos financeiros de caráter especulativo.		<b>29.2. Instrumentos financeiros derivativos:</b> A Cia. não mantém operações com instrumentos financeiros com características de derivativos, exceto para o contrato de financiamento de importação FINIMP, onde houve uma contratação de hedge para a operação.	
<b>29.3. Classificação contábil e valores justos:</b> A seguir a tabela dos valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo.		a valor justo não foram incluídos em virtude de o valor contábil ser uma aproximação razoável do valor justo:	
<b>Ativos</b> Caixa e equivalentes de caixa Aplicações financeiras Contas a receber		<b>2022</b> 21.595.170 2.432.999 13.458.432 37.486.601	
<b>Passivos</b> Financiamentos Fornecedores Outras contas a pagar		<b>2022</b> 4.902.451 3.780.846 1.800.355 10.483.652	

Valor de cobertura		Valor de cobertura		entendimento relacionado com a coisa julgada em matéria tributária: Em 08/02/2023 o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou os Temas 881 – Recursos Extraordinários nº 949.297 e 885 – Recurso Extraordinário nº 955.227. Os ministros que participaram destes temas concluíram, por unanimidade, que decisões judiciais tomadas de forma definitiva a favor dos contribuintes devem ser anuladas se, depois, o STF tiver entendimento diferente sobre o tema. Ou seja, se anos atrás uma empresa conseguiu autorização da Justiça para deixar de recolher algum tributo, essa permissão perderá a validade automaticamente se, e quando, o STF entender que o pagamento é devido. Da mesma forma ocorre, sobre entendimentos jurídicos utilizados pelas empresas, sem mesmo ter ingressado com ação judicial. A Administração, com base na avaliação atualizada de seus assessores jurídicos sobre os possíveis impactos desta decisão do STF, concluiu de forma alinhada com o CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e o CPC 24 – Eventos Subsequentes, que ela não resulta, em impactos significativos nas demonstrações contábeis de 31/12/2022.	
Ativo	Tipos de cobertura (limites) R\$	Ativo	Tipos de cobertura (limites) R\$		
Incêndio, Queda de Raio, Explosão	Resp. civil geral 11.100.000	Quebra de vidros	Resp. civil geral 90.000		
Danos elétricos	Resp. civil geral 100.000	Recomposição predial	Resp. civil geral 200.000		
Despesas fixas	Resp. civil geral 2.000.000	Responsabilidade Civil Empregados	Resp. civil geral 500.000		
Perda de aluguel	Resp. civil geral 500.000	(*) O valor máximo de todas as indenizações pagas pela presente apólice em todos os sinistros, não poderá exceder ao limite: R\$ 12.100.000 para danos materiais. A suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada pela Administração da Cia., que a considera suficiente para cobrir eventuais sinistros. <b>31. Eventos subsequentes – Supremo Tribunal Federal ("STF") muda</b>			
Tumultos	Resp. civil geral 50.000				
Subtração de bens	Resp. civil geral 250.000				
Equipamentos eletrônicos	Resp. civil geral 100.000				
Responsabilidade Civil Estabelecimentos	Resp. civil geral 300.000				

  

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis		
<p>Aos Acionistas e Administradores da <b>CAS Tecnologia S.A.</b> – São Paulo-SP</p> <p><b>Opinião sobre as demonstrações contábeis:</b> Examinamos as demonstrações contábeis da <b>CAS Tecnologia S.A. ("Companhia")</b>, que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da <b>CAS Tecnologia S.A.</b> em 31/12/2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. <b>Base para opinião sobre as demonstrações contábeis:</b> Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. <b>Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis:</b> A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. <b>Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:</b> Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional; e • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo, 27 de fevereiro de 2023.</p>		
<p><b>BDO</b> BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda. CRC 2SP 013.846/O-1</p>		
<p><b>Robinson Meira</b> Contador CRC 1SP 244.496/O-5</p>		

## Data Mercantil

A melhor opção para sua empresa

Faça suas Publicações Legais em nosso jornal com a segurança garantida pela certificação digital ICP Brasil

(11) 3361-8833

comercial@datamercantil.com.br



BRDOCS

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira no lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 15/03/2023

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: [www.datamercantil.com.br/publicidade\\_legal](http://www.datamercantil.com.br/publicidade_legal)



## ABRAPHE – Associação Brasileira de Pilotos de Helicóptero

CNPJ nº 02.344.804/0001-33  
**ERRATA - Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária**  
 Comunicamos que a publicação do Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 10/03/2023 publicada no Data Mercantil no dia 11/03/2023 no formato digital e impresso, teve o seguinte conteúdo retificado: • **ONDE SE LÊ:** Item: **d)** Eleger os membros da Diretoria e do Conselho Fiscal para o **Biênio 2023/2025**. • **LEIA-SE:** Item: **d)** Eleger os membros da Diretoria e do Conselho Fiscal para o **próximo Triênio**. **Thales Augusto Dzioba Pereira**, Presidente.

## Pedreira Cachoeira S.A.

CNPJ/MF nº 62.310.644/0001-33  
**Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária**  
 Ficam convidados os Senhores Acionistas desta Companhia a se reunirem em AGO/E, que se realizará no dia 24 de março de 2023, às 10h30, na sede social, Rua Cel. Sezefredo Fagundes, 7.901 - Tucuruvi, na cidade de São Paulo, Capital, CEP 02306-000, para deliberarem, em AGO, sobre a seguinte ordem do dia: (i) Exame, discussão e votação das Demonstrações Financeiras e Contábeis, suas Notas Explicativas e do Relatório da Administração relativos ao exercício social findo em 31/12/2022; (ii) Destinação do Resultado do Exercício findo em 31/12/2022; (iii) Correção Monetária do Capital Social; (iv) Eleição da Diretoria para o período 2023-2026; (v) Aprovação da verba anual e global destinada à remuneração da Diretoria; e (vi) Outros assuntos de interesse social; e, em AGE; (vii) Ratificação da renovação do contrato de arrendamento de direitos minerários; (viii) alteração do artigo 12 do estatuto da companhia e (ix) Outros assuntos de interesse social. Os documentos existentes relativos ao item "vii" da ordem do dia estarão, a partir desta data, nos termos do art. 135, § 3º da Lei nº 6.404/76, à disposição dos acionistas no endereço da sede da companhia, podendo ser consultados mediante prévio agendamento. São Paulo, 14 de março de 2023. **A Diretoria**. (14, 15 e 16/03/2023)

## Ortopedia do Brasil S.A.

CNPJ/MF nº 42.675.700/0001-26 - NIRE 35.300.572.700  
**Edital de Convocação - Assembleia Geral Extraordinária**  
**Acesso pelo link:** <https://bit.ly/Acesso-Convocacao-14-03-23>. **ID da Reunião nº:** 258 163 939 50. Ficam convocados os acionistas da **Ortopedia do Brasil S.A.** ("Companhia") para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia ("Assembleia"), a ser realizada no dia **23/03/2023, às 11h**, em 1ª (primeira) convocação, **por meio de videoconferência**, nos termos da Instrução Normativa DREI nº 81, de 10/06/2020 ("IN DREI 81"), nos termos do art. 124 da Lei nº 6.404, de 15/12/1976, conforme alterada ("Lei das S.A."), para examinar, discutir e deliberar a respeito da seguinte **Ordem do Dia:** (1) a ratificação da nomeação e contratação da **BR Efforts Serviços Contábeis S/S Ltda.**, inscrita no Conselho Regional de Contabilidade do Estado de São Paulo, sob o nº 2SP043.416/O-1 e no CNPJ/MF sob o nº 39.255.457/0001-82, com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 2012, conjunto 102 ("Empresa Avaliadora"), na qualidade de empresa especializada contratada para a elaboração do laudo de avaliação ("Laudo de Avaliação") das quotas representativas do capital social da **CRS Serviços Médicos Ltda.**, sociedade empresária limitada, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 51.132.777/0001-40, com sede na Cidade de Santo André, Estado de São Paulo, na Avenida Alfredo Maluf, nº 469, Jardim Santo Antônio, CEP 09240-410, a serem conferidas ao capital social da Companhia; (2) a aprovação do Laudo de Avaliação elaborado pela Empresa Avaliadora; (3) a proposta de aumento do capital social da Companhia, no valor de, no mínimo, R\$ 756.009,71 (setecentos e cinquenta e seis mil e nove reais e setenta e um centavos) e no máximo R\$ 953.094,41 (novecentos e cinquenta e três mil e noventa e quatro reais e quarenta e um centavos), mediante a emissão de, no mínimo, 169.914 (cento e sessenta e nove mil novecentas e catorze) e no máximo 214.209 (duzentas e catorze mil duzentas e nove) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, a um preço unitário de emissão de aproximadamente R\$ 4,45 (quatro reais e quarenta e cinco centavos) por ação, fixado nos termos do art. 170, §1º, inciso II, da Lei das S.A., sendo permitida a homologação parcial do aumento do capital social se atingida a subscricao mínima de R\$ 756.009,71 (setecentos e cinquenta e seis mil e nove reais e setenta e um centavos); (4) a divulgação pela administração de aviso aos acionistas para estabelecer o procedimento de exercício do direito de preferência pelos acionistas da Companhia, no prazo mínimo de 30 (trinta) dias previsto no art. 171, § 4º da Lei das S.A.; (5) a proposta de alteração do **caput** do art. 5º do Estatuto Social para refletir o aumento do capital social da Companhia; e (6) a autorização para os administradores da Companhia praticarem todos os atos necessários a fim de efetivar e cumprir as deliberações tomadas na referida Assembleia. Nos termos do art. 126 da Lei das S.A., para participar da Assembleia, os acionistas ou seus representantes deverão apresentar à Companhia, aos cuidados das Sras. Patricia Passos e Vanessa Coelho (Jurídico) - [patricia.passos@opty.com.br](mailto:patricia.passos@opty.com.br) e [vanessa.coelho@opty.com.br](mailto:vanessa.coelho@opty.com.br) com no mínimo 2 (dois) dias úteis de antecedência à data de realização da Assembleia: (a) documento de identidade; (b) atos societários que comprovem a representação legal; e (c) instrumento de outorga de poderes de representação, conforme aplicável. Para participação por meio de procurador, a outorga de poderes de representação deverá ter sido realizada há menos de 1 (um) ano, nos termos do art. 126, § 1º da Lei das S.A. Em cumprimento ao disposto no art. 654, §§ 1º e 2º da Lei nº 10.406/2002, a procuração deverá conter indicação do lugar onde foi passada, qualificação completa do outorgante e do outorgado, data e objetivo da outorga com a designação e extensão dos poderes conferidos, contendo o reconhecimento da firma do outorgante. As pessoas naturais e jurídicas acionistas da Companhia somente poderão ser representadas na Assembleia por procurador que seja acionista, administrador da Companhia ou advogado, consoante previsto no art. 126, § 1º da Lei das S.A. Alternativamente, os acionistas poderão participar da Assembleia por meio do envio de boletim de voto à distância ("Boletim"), o qual conterá, na forma da IN DREI 81, (i) todas as matérias constantes da ordem do dia da Assembleia, (ii) orientações sobre o seu envio à Companhia, (iii) indicação dos documentos que devem acompanhá-lo para verificação da identidade do acionista, bem como de eventual representante e (iv) orientações sobre as formalidades necessárias para que o voto seja considerado válido. O Boletim deverá ser devolvido à Companhia, devidamente preenchido e assinado pelo acionista, com no mínimo 5 (cinco) dias de antecedência à data de realização da Assembleia, nos termos da IN DREI 81. A Companhia deve, em até 2 (dois) dias úteis do recebimento do Boletim, comunicar (a) o recebimento do boletim de voto à distância, bem como que o Boletim e eventuais documentos que o acompanham são suficientes para que o voto do acionista seja considerado válido e (b) a necessidade de retificação ou reenvio do Boletim ou dos documentos que o acompanham, descrevendo os procedimentos e prazos necessários à regularização. Os documentos e informações relativos às matérias a serem deliberadas na Assembleia encontram-se à disposição dos acionistas na sede da Companhia, São Paulo/SP, 14/03/2023. **Fernando Henrique de Aldemundo Pereira**, Presidente do Conselho de Administração. (14, 15 e 16/03/23)

## FSD Negócios Imobiliários S.A.

CNPJ/MF nº 17.931.161/0001-00 – NIRE 35.300.452.135  
**Ata da Assembleia Geral Ordinária realizada em 01 de fevereiro de 2023**  
**1. Data, hora e local:** Ao 01 dia do mês de fevereiro de 2023, às 19:00 horas, nas dependências da sede da Companhia, na Avenida 39, nº 0346, Centro, na Cidade de Barretos, Estado de São Paulo, CEP 14780-400. **2. Convocação da Assembleia:** Dispensada na forma das disposições do artigo 124, §4º, da Lei nº 6.404/76. Assembleia instalada em primeira convocação, com a presença de acionistas representantes de 100% do capital social, conforme assinaturas abaixo. **3. Mesa:** Dando início à Assembleia, foram indicados o Presidente e o Secretário para compor a Mesa, nos termos do Artigo 11º do Estatuto Social da Companhia, ficando assim composta: Presidente: Franklin Junqueira de Azevedo; Secretário: Maurício Pinto e Silva. **4. Ordem do dia:** a) Apresentação dos documentos (nomeação de inventariante) com a representação do Espólio de Eduardo Luiz Pinto e Silva, acionista da companhia; b) Examinar, discutir e deliberar sobre os Relatórios da Administração, as Demonstrações Financeiras da Companhia relativos ao exercício social findo em 31/12/2022, elaboradas pelo escritório Sercon Barretos Serviços Contábeis Ltda, responsável pela escrituração fiscal e contábil da Companhia; c) Deliberar sobre a destinação dos resultados do exercício findo em 31/12/2022. **5. Deliberações:** **5.a.** Em razão do falecimento do Sr. Eduardo Luiz Pinto e Silva, ocorrido em 25/11/2022, compareceu para a assembleia o inventariante Sr. Otávio Pinto e Silva apresentando os documentos de nomeação, tornando-o hábil para a representação. **5.b.** As matérias da ordem do dia da Assembleia Geral Ordinária, foram colocadas para análise, votação e deliberação, tendo os acionistas presentes tomado, as seguintes deliberações: **5.b.1.** Examinar, discutir e deliberar sobre os Relatórios da Administração, as Demonstrações Financeiras da Companhia relativos ao exercício social findo em 31/12/2022, elaboradas pelo escritório Sercon Barretos Serviços Contábeis Ltda, responsável pela escrituração fiscal e contábil da Companhia; Depois de examinados e discutidos, os acionistas presentes aprovaram, sem ressalvas, os relatórios da administração sobre as Demonstrações Financeiras da Companhia, relativos ao exercício social findo em 31/12/2022, de responsabilidade técnica da Sra. Rosana Maria Borges Ferreira Pina, inscrita no CRC nº 1SP194010/0-4. E, considerando a aquiescência integral e sem ressalvas a respeito dos mencionados documentos, os acionistas, por unanimidade, ratificam e aprovam integralmente todos os atos praticados pela administração no exercício social encerrado em 31/12/2022, nada tendo a reclamar, seja a que título for, com a aprovação de todos os documentos apresentados. **Deliberar sobre a destinação dos resultados do exercício findo em 31/12/2022:** A Companhia apresentou no exercício findo em 31/12/2022, resultado líquido, após dedução dos tributos e reservas legais, no valor de R\$ 989.549,60. O saldo na conta de lucros acumulados é no valor de R\$ 6.158.194,87. Tendo os acionistas presentes decidido, por unanimidade autorizar a distribuição dos lucros, na proporção de participação de cada acionista no total de R\$ 3.600.000,00, o que deverá ocorrer até 10/02/2023. Ainda, os acionistas presentes decidiram, por unanimidade, que o saldo remanescente, após a distribuição ora autorizada, permanecerá em conta de lucros acumulados, objetivando manter liquidez financeira adequada para eventuais despesas e/ou investimentos. Após as deliberações acima, o senhor Presidente da AGO agradeceu a presença de todos os acionistas, ressaltando quanto ao excelente trabalho desenvolvido em prol da Companhia, sendo que, colocada a palavra livre, ninguém mais dela fez uso, sendo a Assembleia suspensa pelo Sr. Presidente, pelo tempo necessário à lavratura da presente ata que, lida e aprovada, foi assinada pelos membros da mesa e pela totalidade dos acionistas da Companhia, **FSD Negócios Imobiliários S.A.**, Barretos/SP, 01/02/2023. **Franklin Junqueira de Azevedo**, Presidente da assembleia; **Maurício Pinto e Silva**, Secretário da assembleia. **Acionistas:** Franklin Junqueira de Azevedo, André Junqueira de Azevedo, Maria Esther Giobbi, Maurício Pinto e Silva, Inácio de Loliela Meirelles Junqueira de Azevedo, Eduardo Luiz Pinto e Silva Representado por seu inventariante: Otávio Pinto e Silva, Ana Maria Junqueira de Azevedo Tilkian, Maria Cristina Junqueira de Azevedo, Otávio Pinto e Silva, Eduardo Pinto e Silva. JUCESP nº 86.553/23-9 em 27/02/23. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

## EB Economia Circular Participações S.A.

CNPJ/MF nº 42.152.982/0001-87 – NIRE 35.300.569.679  
**Ata de Assembleia Geral Extraordinária de Dissolução, Liquidação e Extinção realizada em 30 de dezembro de 2022**  
**1. Data, Hora e Local:** Realizada em 30 de dezembro de 2022, às 10:00 horas, na sede social da EB Economia Circular Participações S.A. ("Companhia"), localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 2055, 15º andar, Jardim Paulistano, CEP 01452-001. **2. Convocação e Presenças:** Dispensada a convocação, conforme disposto no artigo 124, § 4º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das S.A."), em decorrência da presença de todos os acionistas, representando a totalidade do capital social da Companhia, conforme assinatura constante do Livro de Presença de Acionistas da Companhia. **3. Mesa:** Os trabalhos foram presididos pelo Sr. **Tiago Wigman** e secretariados pela Sra. **Gabriela Elian**. **4. Ordem do Dia:** Deliberar sobre: (i) a dissolução da Companhia; (ii) a nomeação do Sr. Osny Gussoni Junior, abaixo qualificado, como liquidante da Companhia; (iii) a aprovação e assinatura do balanço patrimonial da Companhia datado de 30 de dezembro de 2022; (iv) a dispensa da abertura de uma fase prévia de liquidação; (v) a dispensa da instalação do Conselho Fiscal da Companhia; e (vi) a extinção da Companhia. **5. Deliberações:** Após a discussão das matérias objeto da ordem do dia, os acionistas, sem quaisquer restrições, deliberam o quanto segue: **5.1.** Dissolver a Companhia, nos termos do artigo 206, inciso I, alínea "c", da Lei das S.A., tendo em vista que não pretende manter as atividades realizadas pela Companhia. **5.2.** Aprovar a nomeação do Sr. Osny Gussoni Junior, brasileiro, casado, contador, portador da cédula de identidade RG nº 33.545.815-4, com endereço comercial na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Imperatriz Leopoldina, nº 957, Sala 512, Vila Leopoldina, CEP 05305-011, como liquidante da Companhia ("Liquidante"), o qual será responsável pelos atos indicados no artigo 210 da Lei das S.A., conforme aplicável, bem como por tomar outras providências razoavelmente necessárias para dar efeito às deliberações da presente assembleia. **5.2.1.** O Liquidante assina este instrumento expressamente aceitando os encargos aqui atribuídos, comprometendo-se com as obrigações ora pactuadas e ficando autorizado a tomar as providências necessárias para dar cumprimento a tais obrigações. **5.2.2.** O Liquidante declara, neste ato, não estar impedido de exercer as atividades para o qual foi indicado, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade. **5.2.3.** Adicionalmente, o Liquidante declara ter recebido todos os livros, documentos e informações da Companhia, bem como o inventário e o balanço geral do ativo e passivo da Companhia, levantados com base no balanço patrimonial da Companhia datado de 30 de dezembro de 2022 ("Balanço Patrimonial"). **5.3.** Aprovar e assinar o Balanço Patrimonial, o qual é parte integrante deste instrumento, para todos os fins de direito, nos termos do Anexo I. **5.4.** Aprovar a dispensa da abertura de uma fase prévia de liquidação, tendo em vista as deliberações aprovadas nos itens acima e considerando que, conforme contido no Balanço Patrimonial, (i) a Companhia, nesta data, não possui obrigações de qualquer natureza; e (ii) não há passivos a liquidar. **5.4.1.** Os acionistas reconhecem que a totalidade do patrimônio remanescente da Companhia será integralmente vertida para elas, após deduzidas eventuais despesas adicionais decorrentes dos atos aprovados na presente assembleia, nos termos do artigo 215 da Lei das S.A. **5.4.2.** Eventuais ativos e passivos da Companhia apurados a partir desta data serão de responsabilidade das acionistas proporcionalmente à participação no capital social da Companhia detida por cada uma. **5.4.3.** Em razão da dispensa da abertura de uma fase prévia de liquidação aprovada no item acima, fica dispensada a inclusão do termo "em liquidação" na denominação social da Companhia. **5.5.** Aprovar a dispensa da instalação do Conselho Fiscal da Companhia, tendo em vista que a dissolução e a liquidação da Companhia ocorreram no mesmo e presente ato, bem como em decorrência do disposto no item acima. **5.6.** Declarar definitivamente encerradas as atividades sociais e, conseqüentemente, dissolvida, liquidada e extinta a Companhia, para todos os efeitos, tendo em vista a dispensa da fase prévia de liquidação aprovada acima, nos termos do artigo 219, inciso I, da Lei das S.A., com o arquivamento do presente instrumento perante a Junta Comercial competente, autorizando o Liquidante a praticar todos os atos e assinar todos e quaisquer documentos que se fizerem necessários para a efetivação da extinção da Companhia. **5.6.1.** As acionistas e a Companhia outorgam-se mutuamente a mais plena, geral, irrevogável e irretratável quitação, para nada mais reclamar, receber ou pleitear entre si, a qualquer tempo e a qualquer título, em juízo ou fora dele. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, foi oferecida a palavra a quem dela quisesse fazer uso e, como ninguém se manifestou, foram encerrados os trabalhos e suspensa a assembleia pelo tempo necessário à lavratura desta ata, nos termos do artigo 130, § 1º, da Lei das S.A., a qual, após reaberta a sessão, foi lida, achada conforme, aprovada e por todos os presentes assinada. Confere com a original lavrada em livro próprio. São Paulo, 30 de dezembro de 2022. **Mesa:** **Tiago Wigman** – Presidente; **Gabriela Elian** – Secretária. **Liquidante:** **Osny Gussoni Junior**. **Acionistas:** **EB Preferred Futures – Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia**, p. EB Capital Gestão de Recursos Ltda. Por: Marja Weschenfelder e Gabriela Elian, Diretoras; **EB Futuro Sustentável Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia** p. EB Capital Gestão de Recursos Ltda. Por: Marja Weschenfelder e Gabriela Elian, Diretoras. JUCESP – Registrado sob o nº 97.374/23-4 em 07/03/2023. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 15/03/2023



Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: [www.datamercantil.com.br/publicidade\\_legal](http://www.datamercantil.com.br/publicidade_legal)



**BRDOCS**